

SUMÁRIO

Autores	11
---------------	----

ALCANCES DO ACORDO DE ACIONISTAS

ALEJANDRO MILLER, 13

1. Introdução	14
2. A lei uruguaia com respeito ao pacto de sindicaco de acionistas	14
3. Análise do acordo de acionistas no direito brasileiro e no uruguaio	15
3.1. Reconhecimento e legalidade dos acordos de acionistas	15
3.2. O alcance subjetivo do acordo de acionistas	20
3.2.1. Acionistas, seus herdeiros e sucessores universais e legatários	22
3.2.2. Adquirentes de aes que estão sujeitos a um acordo de acionistas	23
3.2.3. Usufruturios e outros titulares de direitos de voto de aes sujeitas a acordo	26
3.2.4. A sociedade e o acordo de acionistas	28
3.2.5. Os diretores da sociedade e o acordo de acionistas	30
3.3. O alcance objetivo do acordo de acionistas	32
3.3.1. O objeto do acordo de acionistas: livre ou fixado pela lei?	32
3.3.2. Acordos de bloqueio	36
3.3.3. Acordo de mando	38
3.3.4. Qualquer outro objeto lícito	44
4. Alcance temporal do acordo de acionistas	45
5. Conclusões	46

MARCAS: TEORIA DO *SECONDARY MEANING*

AMANDA FONSECA DE SIERVI, 49

1. Introduo	50
2. Conceito e importância econmica	51
3. Fatores que contribuem para aquisio de distintividade para fins marcários	53
3.1. Uso	54
3.2. Conhecimento do sinal pelos consumidores	55
3.3. Papel dos consumidores – atualizao da linguagem	56
3.4. Papel dos comerciantes – investimentos publicitários	57

3.2.2. Exclusão de sócios no código civil	135
3.2.2.1. Exclusão extrajudicial	135
3.2.2.2. Exclusão judicial	136
4. Conclusão	137
5. Bibliografia	139

ANÁLISE ECONÔMICA DA PROPRIEDADE ACIONÁRIA

MARIO ENGLER PINTO JUNIOR, 141

1. Os Direitos de Propriedade	142
2. Organização Jurídica da Propriedade Empresarial	143
3. O Poder de Controle Societário	144
4. A Concentração do Poder de Controle	146
5. A Diluição do Controle Acionário	153
6. A Governança Corporativa	157
7. O Mercado de Controle Acionário	163
8. Conclusões	165
9. Bibliografia	166

AÇÕES PREFERENCIAIS. AQUISIÇÃO DO DIREITO DE VOTO

NELSON EIZIRIK, 169

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA IP. ANÁLISE DE SENTENÇA DO TRIBUNAL DA LIVRE CONCORRÊNCIA (CHILE)

NICOLE NEHME, 183

1. Introdução	184
2. Considerações econômicas, técnicas e jurídicas.	184
2.1. Consideração sobre a existência ou não de uma obrigação para os fornecedores de acesso à Internet e/ou fornecedores de redes visando permitir qualquer tipo de tráfego usuário – Internet	184
2.2. Consideração sobre se o serviço de telefonia IP oferecido pela Voissnet constitui ou não serviço público telefônico	186
2.3. Consideração sobre se o serviço de telefonia IP pode ser qualificado como “Aplicação de Internet” ou como “Serviço Público de Telecomunicações”	187
2.4. Razões para qualificar o serviço de telefonia IP fornecido pela Voissnet como “Aplicação de Internet”	188

2.5. Razões para qualificar o serviço de telefonia IP fornecido pela Voissnet como “Serviço Público de Telecomunicações”	188
3. Decisões adotadas pelo TDLC	189

INTERPRETAÇÃO DOS NEGÓCIOS EMPRESARIAIS

PAULA A. FORGIONI, 191

1. Introdução	192
2. Alguns vértices do sistema de direito comercial	195
2.1. A tutela do crédito	197
2.2. A velha e sempre nova questão da segurança e da previsibilidade	198
2.3. A importância do erro (jogada equivocada) para o sistema de direito comercial porque viabiliza o diferencial competitivo	202
2.4. A autonomia privada e o <i>pacta sunt servanda</i> no sistema de direito comercial	205
3. Os particularismos do sistema de direito comercial	206
3.1. Uma perspectiva histórica	206
3.2. Os traços definidores do direito comercial	213
4. As peculiaridades do direito comercial e da interpretação dos contratos comerciais	214
4.1. As regras e os princípios de interpretação dos negócios comerciais anteriores ao Novo Código Civil	215
4.2. As regras de interpretação dos negócios comerciais no Novo Código Civil	226
5. Cotejamento dos princípios cardiais da interpretação dos negócios comerciais antes e após o Novo Código Civil	228
5.1. Boa-fé e usos e costumes	228
5.2. Intenção das partes e “vontade objetiva”	235
5.3. Interpretação a favor do devedor	237
5.4. Função social do contrato	238
5.5. Lesão/tendência de proteção à parte mais fraca	240
5.6. Supressão de regras de interpretação	242
6. Conclusão	243
7. Bibliografia	244

NOVA DISCIPLINA JURÍDICA DAS EMPRESAS EM CRISE – ANÁLISE DO DIREITO
FALIMENTAR E DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS À LUZ DO
MOVIMENTO DE “*LAW & ECONOMICS*”

RONALDO VASCONCELOS, 249

1. Introdução	250
2. Da autodefesa ao monopólio estatal	251
3. Fronteiras entre o direito e a economia	254
4. Os alicerces teóricos do “ <i>Law & Economics</i> ”	257
4.1. Propriedade	259
4.2. Contratos	260
5. Críticas à teoria de “ <i>Law & Economics</i> ”	262
6. A eficiência nos processos falimentares e de recuperação de empresas	263
7. A lei de recuperação e falências e suas influências no mercado	267
8. Os princípios norteadores da lei de recuperação e falências	268
9. O antigo e o novo regime falimentar	271
10. Modalidades de recuperação da empresa	272
11. Conclusões	274
12. Bibliografia	277